

DESOBEDIÊNCIA POLÍTICA: QUESTÃO AGRÁRIA E MÍDIA NO GOVERNO JUSCELINO KUBITSCHEK¹

INTRODUÇÃO

A década de 1950 foi marcada no Brasil pelo crescimento populacional registrado nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelas exigências de participação política da classe trabalhadora urbana e rural. O consequente aumento da influência dos partidos voltados para as questões trabalhistas nos movimentos de massa, naquele contexto, adquiriu forte projeção sobre a opinião pública e sobre os interesses personalistas dos homens protagonistas com suas lideranças políticas nos partidos da república, por meio da imprensa.

A coalizão partidária que elegeu Juscelino Kubitschek em 1955 representou a vitória da união do voto urbano, conquistado pelo Partido Trabalhista Brasileiro do vice João Goulart, Jango, ao voto rural, do Partido Social Democrático de Juscelino Kubitschek, JK. Tratava-se da representação, no plano político, do embate entre modernidade e o atraso de um país exclusivamente agroexportador.

O desenvolvimento industrial impulsionado durante a Era Vargas (1930-1945) foi rapidamente intensificado com JK e seu programa de metas. Politicamente, a nação demonstrava seus esforços em superar o trauma político e psicológico do suicídio de Getúlio Vargas, em agosto de 1954, apoiando a realização das eleições com o intuito de legitimar e consolidar a democracia no Brasil, seguindo a tendência definida após o término da Segunda Guerra Mundial.

Sendo assim, o objetivo desta pesquisa é refletir sobre a revista Manchete, que supostamente apoiou JK em sua campanha eleitoral de 1955 e preparou a construção de um discurso para viabilizar a sucessão de seu governo nas eleições de 1960, favorecendo sua aliança partidária (PSD-PTB) e seu candidato e fortalecendo seu carisma e personalismo para disputar as eleições de 1965, frustradas pelo golpe civil militar de 1964, bem como a resistência do campesinato contra o latifúndio nos anos de 1990, sob o neoliberalismo, no contexto da redemocratização e o empenho das mídias nacionais e regionais na negação do camponês como

¹ José Carlos Sartori. Graduado em História pela Universidade Santo Amaro - UNISA. São Paulo. Pesquisador do Grupo de Pesquisa Ciência, Saúde, Gênero e Sentimento -CISGES/UNISA/CNPq. zecanava@gmail.com

sujeito histórico e suas subjetividades no fazer de suas lutas pela terra e a reforma agrária. Para tanto, quatro questões norteiam os resultados da pesquisa: Manchete aumentou a popularidade de JK? Manchete reforça o anticomunismo? O direito de voto ao analfabeto promulgado pela constituição de 1988 contribuiu para uma maior autonomia das lutas camponesas em relação ao período do desenvolvimentismo de JK? As elites e as mídias constroem e reconstróem seu discurso de dominação favorecendo suas lideranças e coalizões partidárias?

As respostas para estas questões perpassam os dois recortes cronológicos da pesquisa em dois períodos de vivência democrática no Brasil com o intuito de contribuir com a historiografia pertinente ao tema.

REFORMA AGRÁRIA E AS ELEIÇÕES DE 60

Em fevereiro de 1960, com a cidade de Brasília próxima de sua inauguração, a imprensa e a oposição política arrefeceram suas críticas à construção da nova capital. A distribuição dos jornais era restrita às principais cidades dos estados. Nesse momento, a Revista Manchete, que tinha circulação comercial no cenário nacional, superava sua maior concorrente, a revista *O Cruzeiro*, e ganhava maior poder de influência sobre o mercado e o eleitorado do país.

Nas semanas anteriores ao pleito de 3 de outubro de 1960, a Revista Manchete não mencionava o apoio de Luiz Carlos Prestes, líder do Partido Comunista, ao candidato nacionalista e pessedista, general Lott, por um viés anticomunista compartilhado entre a revista e JK e pela influência do PCB nas bases da militância das ligas camponesas, cuja liderança defendia a reforma agrária.

Nossa pesquisa analisou as principais publicações que antecedem as eleições de outubro de 1960 e em que medida a Manchete influenciou seus leitores e a opinião pública com suas fotorreportagens em meio a uma atmosfera política internacional marcada pela Guerra Fria e pela Revolução Cubana (1959), bem como a pressões internas nas forças armadas pela ideologia anticomunista. Além disso, as exigências de alinhamento com os Estados Unidos paralelamente à atuação das ligas camponesas, com um forte apoio da igreja católica, renovada pelo papa João XXIII, aprofundaram a discussão em torno da reforma agrária e da forma como fora absorvida esta nova demanda social e política pelo general Lott.

No final do governo JK, em 1960, a Manchete passa a fazer um balanço das realizações do quinquênio, destacando a construção de Brasília, a extensão dos 14 mil km de estradas pavimentadas, especialmente a Belém-Brasília, a indústria automobilística e a indústria naval e sempre promovendo entrevistas com o presidente, que tinha os números dos empregos que criou e dos automóveis produzidos prontos para dizer ao entrevistador.

Essas eram acompanhadas de muitas fotografias, que apresentavam Juscelino como homem simples, empreendedor, inovador e defensor da democracia, além de guardião da constituição de 1946, como explica Amorim:

Em conformidade a que se propunha, a revista manchete acompanhou de perto toda a trajetória do governo, do número 182, de 15/10/1955, onde a capa da revista estampa JK eleito, e na reportagem Juscelino comenta seus planos para o futuro governo, até a edição especial de 21 de abril de 1960, sobre a inauguração de Brasília, quando foram editados 760 mil exemplares que se esgotam em 48 horas, mostrou situações emblemáticas que através da trajetória da revista semana a semana com comentários, notas, reportagens, imagens, exerceu papel importante na construção da imagem de JK. (AMORIM, 2008, p. 20).

O governo JK molda uma identidade nacional num momento de conjuntura política marcada pelo intenso nacionalismo, também de várias facetas, e por uma democracia, que privilegiava o voto para alfabetizados e excluía os analfabetos. Manchete, em suas fotorreportagens sequenciadas de forma didática poderiam se fazer entender pelos analfabetos, uma parcela grande da população brasileira naquele contexto, que ainda não tinha o direito de voto, embora já se colocasse em pauta no congresso e nas propostas dos candidatos tal questão. O general Henrique Lott, do PSD defendia o voto aos analfabetos.²

Nessa conjuntura, qual seria o impacto nas tendências eleitorais se o Congresso aprovasse o direito de voto aos analfabetos? O PTB de João Goulart ganhava espaço político no ambiente do trabalhador rural, que reivindicava direitos que o trabalhador urbano já tinha conquistado. Por outro lado, o PSD e a UDN aproximavam-se de muitos municípios por terem uma identidade mais conservadora e por representarem os interesses de grandes proprietários de terras, afrouxando os laços entre PSD e PTB.

² Conforme dados do IBGE, em 1950, no Brasil, sabiam ler e escrever 14.916.779 e não sabiam ler e escrever 15.272.632 (GOMES, 2013, p. 56)

Considerando que a maioria da população brasileira³ era analfabeta, nem os partidos que representavam as elites estaduais e conservadoras no congresso nem o PTB, que ainda carregava o corporativismo do Estado Novo, estavam preparados para o voto do analfabeto, que, por todo o Brasil, podia acompanhar as fotorreportagens da Revista Manchete, a qual não promoveu nenhum debate neste aspecto mesmo quando a chapa Lott-Jango passou a ter algum destaque nas páginas da revista: era omitido o apoio de Lott ao voto do analfabeto.

No filme de Silvio Tendler, lançado em 1980, *Os Anos JK*, são mostradas imagens de penúria e miséria em que estava mergulhado o povo do Nordeste, narradas na voz do ator Othon Bastos, referindo-se às reivindicações das Ligas Camponesas e em seguida, revelando imagens do lançamento da chapa Lott-Jango, em que se ouve uma música no ritmo de “marchinha” composta para a propaganda da chapa, que transcrevemos abaixo: Vão, vão, vão, vão ganhar Lott e João Goulart Salve o povo do Brasil Salve a classe operária Salve o homem do campo que espera a reforma agrária! (TENDLER, 1980.)

A palavra "espera", empregada na música de campanha veiculada pelo rádio, que era o recurso de mídia mais importante à época, denota uma total negação do camponês, como sujeito histórico, incapaz de conduzir a luta pela reforma agrária, portanto, deveria esperar passivamente, que o novo presidente a fizesse. Paralelamente, não é citado, nas páginas da Manchete, o nome de líderes populares, como João Pedro Teixeira, que seria assassinado em 1962, líder da Liga de Sapé na Paraíba ou de José dos Prazeres, dirigente da liga de Iputinga, por terem influência do Partido Comunista. Na música, a expressão "homem do campo" ao invés de camponês tem o objetivo de apropriar-se da bandeira da reforma agrária, de forma paternalista pela coalizão partidária PSD/PTB apagando a memória da luta pela terra e resistência travada por várias lideranças camponesas no Nordeste e em outras regiões do País.

Quanto mais perto do dia 3 de outubro, mais confusa e complexa eram as relações entre os partidos e os principais candidatos. Lott era um anticomunista declarado e apoiado por Luiz Carlos Prestes. Defendia o voto ao analfabeto, a reforma agrária e a limitação da remessa de lucros das empresas estrangeiras, mas não tinha apoio dos radicais e das lideranças das Ligas Camponesas porque não era favorável às relações com a URSS e Cuba - o que dividia o apoio da aliança partidária PSD e PTB e de alguns de seus líderes que eram favoráveis às propostas de

³ O crescimento do país, entre a década de 1940 e 1950 indicava 40.165.289 de habitantes e entre 1950 e 1960 alcançou 51.151,629 de habitantes (GOMES, 2013, p. 49).

política exterior de Jânio Quadros, inclusive o líder nacional das Ligas Camponesas, Francisco Julião, que viajou para Cuba com Jânio.

Os comitês Jân-Jan promovidos por jovens universitários ligados à UDN, vestidos de garis, roubaram os votos de Lott para Jânio e ainda levaram seu vice, João Goulart, por concorrerem de forma independente nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Recife, como mostra Benevides ao citar alguns números que correspondem as eleições presidenciais de 1960: Jânio Quadros - 5.636.623 (48%); General Lott - 3.846.825 (32%); A. de Barros - 2.195.709 (20%); Para vice-presidente: João Goulart - 4.547.010 Milton Campos-4.237.719 F. Ferrari - 2.137.382 (BENEVIDES, 1979, p. 131).

Para Benevides, a vitória de Jânio representou a maior derrota de JK, que além de não eleger seu sucessor, não consolidou a mentalidade favorável às instituições democráticas nos empresários que o apoiaram. Em suas palavras: “o otimismo jamais igualável da democracia Juscelinista seria substituído pela carranca autoritária, moralista e vingativa do Janismo” (BENEVIDES, 1991, p.19).

Na Manchete número 597, de 28 de setembro de 1963, há um destaque especial para a oficialização da campanha presidencial com a legenda JK-65, e na revista de 04 de abril de 1964 é publicada a confirmação oficial da indicação de JK pelo PSD, na página 8, em letras vermelhas, sobre a plataforma política para a campanha eleitoral:

Apresentando 60 metas para o seu novo programa administrativo, o senador JK cuidará particularmente da produção agrícola, prometendo não só realizar a reforma agrária por meios pacíficos, mas ainda rever o arcaico sistema de arrendamento de terras (MANCHETE, 1964, n 597, p. 8).

Juscelino e o PSD resolvem assumir um compromisso com a sociedade, que via na reforma agrária, uma solução necessária para o desenvolvimento do país, mas para os latifundiários e grande parte da classe média anticomunista e a UDN de José Sarney, era um desafio à propriedade privada e portanto, uma desobediência política que deveria ser reprimida com as mesmas convicções militares que alimentaram a tentativa de golpe contra JK após sua vitória nas eleições de 1955.

QUESTÃO AGRÁRIA E NEOLIBERALISMO

Na constituição de 1988, do então presidente José Sarney pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro, o analfabeto conquista o direito de voto, causando a indignação de latifundiários representados pela bancada ruralista no congresso nacional e do próprio presidente, que declarava que a constituição geraria ingovernabilidade. O silêncio imposto pela ditadura não impediu a resistência do campesinato, que continuou alimentando seus sonhos e desejos pela conquista da terra para o trabalho, para o sustento de sua família, que compõem o seu imaginário, as suas subjetividades. Através da igreja católica, nas Comissões Pastorais da Terra e dos sindicatos rurais que continuaram prestando serviços assistenciais, os camponeses alimentavam suas práticas individuais e coletivas, que remetiam à memória de lutas e representação das extintas Ligas Camponesas.

Ao longo da década de 1980, com o declínio da ditadura, surge o Partido dos Trabalhadores, de onde emergem novas lideranças sindicais, que associado à uma maior liberdade de imprensa aproxima os anseios de participação política das massas de trabalhadores rurais e urbanos. O desenvolvimentismo das décadas anteriores, com a ocupação do interior do país acirrou os conflitos entre fazendeiros e posseiros, índios e garimpeiros. As estradas construídas por JK, que transportavam caminhões carregados de mercadorias para as cidades indicavam o crescimento do agronegócio para a burguesia nacional e empresas multinacionais, entretanto, durante a ditadura militar e sob as políticas econômicas do neoliberalismo dos anos de 1990, produzem os bóia-fria, desempregados das usinas, ex-arrendatários e a sua resposta motivada pela desobediência civil, na velha questão agrária: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Desobediências que são caracterizadas pelas ocupações de terras improdutivas em latifúndios, e transformadas em acampamentos onde forja-se uma organização social originária dos camponeses, sem vínculos com os partidos políticos.

Na pesquisa de Maria Celma Borges encontramos na entrevista de um líder do MST, o Zelitro e suas palavras, a reflexão acerca do nível de consciência nas estratégias de suas lutas: Com uma ação, você faz uma trajetória histórica, rompe a cerca e ocupa o latifúndio. Então isso é de uma simbologia muito forte. E isso é desobediência civil. Rompe a cerca. (Borges, 2004, p. 269). O líder fala do desafio político à propriedade privada, que ocorreu nos anos de 1990, já no governo Fernando Henrique Cardoso, do Partido da Social Democracia

Brasileira, pelas práticas do MST, organizando marchas, ocupações de prédios públicos, a despeito do que autores como José de Souza Martins chamavam de institucionalização do movimento, que era a conquista da terra pelo camponês, na fase do assentamento, quando o Estado legaliza a posse da terra para as famílias dos assentamentos. Para as lideranças do MST o objetivo era alcançar a reforma agrária. Para as frentes de massas organizadas pela liderança, ou seja, a base que compunha o movimento, os objetivos das conquistas eram mais imediatos e econômicos, mas não a posse da terra como forma de especulação, mas sim, como a terra de trabalho, que lhe dá a autonomia de administrar a sua própria vida em seu próprio tempo, sem patrão. Ter o seu roçado e umas poucas cabeças de gado para produzir o leite consumido pela sua família e, se possível, colaborar com o cooperativismo do assentamento, para comercializar os excedentes de produção.

O MST realiza Congressos Nacionais e estabelece diretrizes e palavras de ordem para conduzir suas lutas, tais como: Ocupar, Resistir, Produzir, agregando à estas: Reforma Agrária: uma luta de todos. Estas palavras ganhavam significação para as massas, na medida em que suas conquistas avançavam e a repressão policial radicalizavam com as chacinas de Corumbiara(RO), em julho de 1995 e a de Eldorado dos Carajás(PA), em março de 1996, com um saldo de 19 trabalhadores sem terra assassinados. As decisões do MST eram coletivas, por colegiados, evitava-se a hierarquia, portanto, o nível de consciência da grande massa de trabalhadores rurais fazia-se na participação efetiva de suas lutas como definido pelo historiador Eduard Thompsom.

Neste ponto, sublinhamos que, ao contrário do que ocorreu no final do governo JK, na campanha eleitoral de 1960 e na campanha eleitoral de JK-65, onde as eleições eram regidas pela constituição de 1946, na qual o analfabeto não tinha direito ao voto, os partidos políticos não se apropriaram da bandeira da reforma agrária como fez a coalizão partidária PSD-PTB ou mesmo Jânio Quadros da UDN, que com seu personalismo ganha o apoio do também personalista líder das Ligas Camponesas Francisco Julião, que de forma corporativista e paternalista assumiu a liderança para defender os interesses dos camponeses junto ao estado, ou ainda, como fez JK no lançamento de sua campanha para as eleições de 1965, prometendo uma reforma agrária pacífica, nesse contexto, PT e PMDB caminhavam rebocados pelo MST, apoiando suas lutas pela reforma agrária, principalmente porque nesse momento, o voto, que é a moeda de troca da democracia, é permitido ao analfabeto e nem a ditadura militar, tampouco o neoliberalismo da redemocratização fizeram muito esforço para resolver o problema do analfabetismo, que até o

tempo presente, atinge níveis inaceitáveis para a população brasileira, principalmente a rural. Contudo, o alto nível de consciência política forjado nas lutas dos acampamentos e assentamentos do MST e a atenção para a mídia nacional e internacional, que a Marcha para Brasília, em 1997 atrai, faz com que Luiz Inácio Lula da Silva, candidato às eleições de 2002 pelo PT, use o boné do MST, símbolo da luta pela terra e, paradoxalmente, seja apoiado pelo proprietário de fazendas e um verdadeiro império midiático, José Sarney, que divide o PMDB, que tinha muitas prefeituras e governo de estados obtidos em eleições, de norte a sul do país, favorecendo a vitória de Lula.

Para finalizar, as mídias e as elites ruralistas praticam a criminalização e judicialização do MST, as primeiras através da exposição de imagens em jornais, televisão e textos impressos para demonizar os líderes e desqualificar a organização e autonomia do movimento, e as elites representadas no congresso nacional criando mecanismos que legitimem a repressão aos movimentos políticos de desobediência para favorecer o latifúndio e a lógica do capital, sintetizados assim por Maria Celma Borges:

Somando-se às medidas provisórias e decretos do governo de FHC, como proibição de que áreas ocupadas fossem vistoriadas e desapropriadas; estabelecimento do cadastro da terra pelos Correios; Banco da Terra; entre outros, deu-se ainda, nesse período, a “satanização” do MST pela fabricação de imagens e textos na imprensa, especialmente na revista *Veja*,⁹ ao focar um dos coordenadores nacionais do MST, João Pedro Stédile, como se fosse o “demônio”. Também se materializava naquele momento, por essa revista e, particularmente, pelo maior canal de transmissão televisiva nacional, a TV Globo, a denúncia de corrupção nas cooperativas do MST. As reportagens de Josias de Souza, da Folha de S. Paulo, também traziam esse teor (BORGES, 2004, p.145).

As ações e estratégias das elites e mídia repetem-se na história do Brasil desde os inícios da República. No tempo presente, vemos em toda a diversidade da mídia, a violência que envolve a questão agrária com a aprovação de decretos que dificultam a identificação do trabalho análogo à escravidão. Os frequentes conflitos entre garimpeiros e índios com saldo de mortos por invasão de terras. Garimpeiros incendiando postos e veículos do IBAMA em retaliação à fiscalização e punição que esta instituição vem exercendo para proteger o meio ambiente. Por outro lado, o MST continua usando as mesmas estratégias, mas tem pouco espaço na mídia

porque preserva sua autonomia em relação à partidos políticos e a prerrogativa de evitar a hierarquia de suas lideranças. Atualmente, defende a tese da pequena propriedade como base para um desenvolvimento sustentável contra a degradação ambiental e humana impactada pelo latifúndio e a bancada ruralista no congresso nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revista Manchete aumenta a popularidade de Juscelino Kubitschek pela regularidade das fotorreportagens com fotografias de suas grandes obras e a realização de suas fabulosas metas, bem como o destaque pela sua simplicidade e otimismo que o fez governar com esperança. A Manchete vende 760 mil exemplares em menos de 48 horas na inauguração de Brasília. JK supera o "complexo de minoria", que dificultou sua posse em 1956 e lança sua candidatura com o slogan JK-65 confiante na vitória. Manchete destaca a determinação de JK na construção da democracia e nega ou omite o apoio do Partido Comunista, num anticomunismo menos reacionário, assim como omite a luta pela reforma agrária das Ligas Camponesas, anunciando para a campanha JK-65, que o estadista realizaria uma reforma agrária pacífica, carregado da herança do paternalismo Getulista para ganhar o voto da classe média anticomunista e alfabetizada daquele contexto de democracia elitista.

Nos anos de 1990 o analfabeto conquista o direito de voto e a luta pela reforma agrária ganha autonomia com as práticas e representações do MST. O camponês conquista, na experiência de luta, uma consciência política, que o transforma em sujeito da história, impedindo aos partidos políticos a apropriação da bandeira da reforma agrária, mas exigindo o apoio das lideranças no congresso na barganha pelo voto popular. Nos dois recortes cronológicos de vivência democrática, no desenvolvimentismo de JK e no neoliberalismo dos anos de 1990, as elites ruralistas e as mídias unem-se para a negação da capacidade de organização social da massa de trabalhadores rurais, criando mitos ou demonizando seus líderes para deixá-los vulneráveis às diversas formas de repressão e criminalização legitimadas pelo estado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, Rosy Mary Guerra. **O Governo JK e a revista Manchete: a criação do mito dos anos dourados.** Rio de Janeiro, 2008.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **O governo Kubitschek: a esperança como fator de desenvolvimento.** In: GOMES, Angela de Castro (org.). *O Brasil de JK.* Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política.** 4 ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1979.

BORGES, M. C. *De pobres da terra ao Movimento Sem Terra: práticas e representações camponesas no Pontal do Paranapanema – SP.* Assis, 2004.

GOMES, Ângela de Castro. In: _____. SCHAWARCZ, Lilia Moritz (Org.). **História do Brasil Nação: A abertura para o mundo 1930-1964.** vol 4. 1 ed. Objetiva, Rio de Janeiro. 2013. p. 23-89.

Acervo JK: A Revista Manchete e os Anos de Ouro. Disponível em: <http://acervojk.org.br/>. Acessado em: 10/03/2016.

FILME OS ANOS JK: UMA TRAJETÓRIA POLÍTICA. Direção: Direção: Sílvio Tendler. Produção: Independente, Brasil, 1980. Filme DVD (110 min). Roteiro: Cláudio Bojunga, Antônio Paulo Ferraz, Sílvio Tendler.